

POLÍTICAS PÚBLICAS E IGUALDADE DE GÊNERO: estratégias de resistência e existência

*Amanda Mendonça
Denize Sepulveda*

Projetos e discursos de viés conservadores e reacionários vem ganhando força no cenário recente do Brasil. Assistimos cotidianamente inúmeros ataques, retrocessos e perseguições envolvendo o campo dos direitos humanos, das questões raciais, de gêneros e orientação sexual em nosso país. Ou seja, estão em curso e de forma orquestrada, projetos que visam a retirada de direitos e de políticas públicas direcionadas às minorias políticas.

Uma conjuntura marcada também pelo recrudescimento, na política, do avanço de setores obscurantistas, que vem produzindo, dentre outras coisas, uma enorme onda de violência em nosso país. Segundo levantamento realizado pelo periódico *El país*¹, o Brasil alcançou a trágica marca, somente no primeiro semestre de 2020, de 648 casos de feminicídio. O país ainda ostenta outras terríveis marcas, como o fato de ser o país que mais mata LGBT's no mundo², e que avança em casos de racismo e de assassinatos da população negra³.

Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2020, p. 7⁴) somente no ano de 2020 foram assassinadas 175 travestis ou transexuais, isso em plena pandemia⁵ do Corona Vírus⁶, sem levar em conta os casos que não foram notificados devido ao isolamento

¹<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-29/mulheres-enfrentam-alta-de-femicidios-no-brasil-da-pandemia-e-o-machismo-estrutural-das-instituicoes.html>

²<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/06/brasil-o-pais-que-mais-extermina-lgbts-no-mundo-por-gabriel-elias-josende/>

³ <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/27/racismo-taxa-assassinatos-de-negros-cresce-e-cai-para-o-resto-da-populacao>

⁴ Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf> . Acesso em: 20/03/2020.

⁵ Pandemia é a classificação dada uma doença que pode chegar a contagiar todos os habitantes do mundo. O termo é usado quando uma doença de fácil contaminação chega a vários países e é transmitida facilmente entre as pessoas. Disponível em: <https://www.significados.com.br/pandemia/> . Acesso em: 28/03/2021.

⁶ Os coronavírus são uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, incluindo camelos, gado, gatos e morcegos. Raramente, os coronavírus que infectam animais podem infectar pessoas, como exemplo do MERS-CoV e SARS-CoV. Recentemente, em dezembro de 2019, houve a transmissão de um novo coronavírus (SARS-CoV-2), o qual foi identificado em Wuhan na China e causou a COVID-19, sendo em seguida disseminado e transmitido de pessoa a pessoa. A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório (BRASIL, Ministério Da Saúde, s/d. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#como-se-proteger> . Acesso em: 14/03/2021.

social⁷. Esses assassinatos foram cometidos em relação a *peças que expressavam o gênero feminino em contraposição ao gênero designado no nascimento*. Chama a atenção também os requintes de crueldades presentes em muitos desses assassinatos.

No que tange às questões de gênero, nos assassinatos das travestis e das mulheres transexuais se verifica a mesma lógica das violências conjugais comuns em casais tradicionais, heteronormativos e pautados por relações machistas, caracterizadas pela agressão da mulher, por parte do homem, quando em uma situação de conflito, como uma estratégia de controle sobre o corpo feminino (BANDEIRA, 2009); além de desamparo aprendido e descrença das vítimas ante a inoperância das instituições sociais de suporte (SANTI, NAKANO & LETTIERE, 2010). As violações supracitadas, de forma geral, repetem o padrão dos crimes de ódio, motivados por preconceito contra alguma característica da pessoa agredida que a identifique como parte de um grupo discriminado, socialmente desprotegido, e caracterizados pela forma hedionda como são executados, com várias facadas, alvejamento sem aviso, apedrejamento (STOTZER, 2007), reiterando, desse modo, a violência genérica e a abjeção com que são tratadas as pessoas transexuais e as travestis no Brasil. (JESUS, file:///C:/Users/deniz/Downloads/Transfobia_e_crimes_de_odio_Assassinatos.pdf⁸)

Este cenário conta ainda com inúmeras tentativas de censura à presença de temáticas relacionadas aos direitos humanos, com destaque para as políticas pró igualdade de gênero e voltadas para o campo da sexualidade. É neste contexto, por exemplo, que assistimos o avanço da aliança de setores caracterizados como conservadores e de grupos religiosos extremistas, que passaram a difundir expressões como *“ideologia de gênero”* de forma a gerar pânico moral entre a população do país e assim frear o avanço das pautas LGBTIA+ e de direitos das mulheres.

Desta forma, acreditamos que os inúmeros ataques ao Estado democrático de direito, aos direitos sociais e políticos de brasileirxs que vem ocorrendo nos últimos anos do país se entrelaçam e afetam de sobremaneira a vida das mulheres e da população LGBTIA+ brasileira. Mais do que nunca, a resistência destes agentes que historicamente sempre estiveram na luta por direitos, se tornou sinônimo de existência para estes grupos. E reafirmamos essa perspectiva no título deste dossiê temático.

Diante de uma conjuntura tão adversa, marcada pela insegurança, como nós educadorxs⁹ e pesquisadorxs comprometidxs com uma formação democrática, crítica e libertadora podemos

⁷ O termo isolamento é utilizado para definir o estado de uma coisa ou uma pessoa isolada, privada do contato social. Também pode referir-se a um local, um edifício ou parte deste, que é destinada à segregação e ao tratamento de pacientes com doenças contagiosas. Disponível em: <https://farmaceuticodigital.com/2020/03/o-que-e-quarentena.html>. Acesso em: 31/03/2021.

⁸ Disponível em: file:///C:/Users/deniz/Downloads/Transfobia_e_crimes_de_odio_Assassinatos.pdf. Acesso em: 31/03/2021.

⁹ Se por um lado existem grupos de pessoas reclamando da inclusão do uso do "x" como marcador de ausência/abnegação de gênero nas palavras, por outro lado temos leitores mecânicos para cegos que não acessavam

contribuir na resistência a este projeto em curso no país? Esta pergunta foi norteadora para nós e central para compreendermos o objetivo de organizarmos este dossiê. Acreditamos em uma Universidade Pública socialmente referenciada e politicamente engajada, que se compromete com a realidade e que busca produzir pesquisas de relevância social e transformadoras.

Nesse sentido, procuramos reunir nesta edição da revista, textos com este espírito transformador, crítico e de resistência. Assim, o leitor encontrará neste número artigos que abordam de que forma as chamadas políticas públicas pró igualdade, voltadas para os direitos das mulheres e população LGBTQIA+, vem sendo impactado pela conjuntura que descrevemos. São ao todo treze artigos que, sob diferentes perspectivas, trazem análises e reflexões sobre as inúmeras tentativas de interdição do debate feminista e LGBTQIA+ e o papel do Estado na garantia de políticas direcionadas para estes segmentos da sociedade.

Nosso objetivo ao congregar estes artigos foi apresentar diferentes cenários, vários *espaçotempos* da história e dos cotidianos, mapear agentes, levantar argumentos, e assim trazer reflexões acerca dos embates e reações no que tange tanto a aprovação de novas políticas, como a retirada de direitos históricos destes segmentos, que se encontram em curso em nosso país e em toda a América Latina. São produções oriundas de diversos estados do Brasil e também de fora do país (o dossiê conta com artigos em inglês e espanhol), que contribuem com reflexões e em formas de resistências na luta por igualdade, por garantia de direitos e um Estado democrático.

Assim, abrimos nosso dossiê com um artigo que trata do cenário político atual do Brasil e dos ataques ao debate de gênero neste campo. Nesse sentido, iniciamos as reflexões deste dossiê a partir de elementos extremamente atuais de nossa conjuntura. Intitulado “*Mais empoderada que eu?*”: *Antifeminismo e desdemocratização no Brasil atual*”, o texto traz um panorama do avanço conservador na política brasileira e o crescimento de grupos antifeministas. Nele, as autoras procuram identificar as principais pautas deste movimento antifeminista no Brasil, analisando para isso o perfil de parlamentarxs femininas bolsonaristas que defendem a criminalização do aborto, o porte de armas e a perseguição à professorxs que debatam gênero. As autoras ainda relacionam a presença destas

tais palavras. O "x" não é apenas uma forma de adaptação morfema-grafema, o X é a negação da genitalização dos sujeitos e das palavras. Um resgate histórico pelo direito a não sexuação dos seres, como fora negado às pessoas Intersexos ao longo da história, logo se existe uma incapacidade do leitor em ler essas agonísticas (POCAHY, 2018) no campo estético e político, o que deve ser melhorado é a tecnologia que permite a leitura e não a luta de um determinado grupo, em detrimento a outro. O “x” enquanto quiasmo, refere-se com encontro apical de duas retas que eclodem criando sentidos a outras formas negadas de uma desinência de gênero e suas compreensões. Dizer que um grupo não consegue lê-lo, significa diminuir a luta de um grupo, diante de um problema apresentado pelo leitor de textos e não por tal coletivo (YORK, 2020). YORK, Sara Wagner. / GONÇALVES Junior. Sara Wagner Pimenta. *TLA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação: Des(a)fiando e ocupando os "cistemas"*. Programa de Pós-Graduação em Educação. 190 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

mulheres antifeministas na política como parte central para legitimação das pautas neoliberais e conservadoras junto à sociedade.

No artigo seguinte, a trajetória de Myrthes de Campos é o objeto analisado em *“MYRTHES DE CAMPOS (1875-1965): a “mulher advogado” na luta pelos direitos das mulheres”*. Consagrada pela historiografia como a primeira “mulher-advogado” a atuar profissionalmente nos tribunais no Rio de Janeiro (1898), sua ação política na defesa dos direitos das mulheres à educação secundária e superior, ao exercício das profissões liberais, tradicionalmente dominadas pelo gênero masculino e, finalmente, sua presença na campanha sufragista marcam sua trajetória. As autoras nos apresentam com este texto reflexões acerca das interdições sofridas e as contradições vividas por Myrthes na busca por um lugar no campo jurídico. Ou seja, de que forma as representações em torno de sua imagem masculinizada, podem contribuir para apreendermos as tensões, hierarquias e desigualdades nos processos de construção do masculino e do feminino e nas relações de gênero. A compreensão histórica dos feminismos e as resistências de passados, de permanências, rupturas e retrocessos nas políticas de gênero e na garantia de direitos das mulheres na sociedade brasileira estão presentes no texto, de forma a permitir reflexões sobre a atualidade destas lutas.

O artigo *“Júlia Lopes de Almeida e as mulheres brasileiras em finais dos oitocentos e início do século XIX”* dá prosseguimento nas análises sobre mulheres que em diferentes *espaçostempos* da história do país foram fundamentais na conquista de direitos. Entre meados do século XIX e primeiras décadas do XX, Julia Lopes de Almeida, reconhecida como abolicionista e feminista, editou cerca de 40 obras entre Portugal, Brasil e França. Seu nome constou na lista de intelectuais que planejaram a fundação da Academia Brasileira de Letras, mas por ser mulher em uma sociedade oitocentista e patriarcal, seu nome foi retirado. O texto traz contribuições que ligam o nome da escritora e suas atividades participativas aos movimentos feministas da época. Desta forma, as autoras resgatam um nome fundamental da luta por igualdade no Brasil, visibilizando assim uma mulher que a história “oficial” do país retirou da lista.

O texto seguinte, *ESCOLA DE PRINCESAS: conservadorismo e naturalização do feminino*, discute os estereótipos de beleza, moda e comportamento dito feminino que ainda estão vigentes em nossa sociedade. Para isso, as autoras analisam a Escola de Princesa da cidade de Uberlândia, que representa um marco nos movimentos conservadores que reproduzem práticas discursivas que naturalizam o feminino e o destino das mulheres para o casamento heterossexual, a maternidade e o cuidado do lar. Ofertando para meninas de idade entre 04 a 15 cursos de etiquetas, ensaios fotográficos, tardes de chás e outros eventos a Escola atua para naturalizar um ideal feminino vinculado ao universo das princesas dos contos de fadas. Através de um diálogo com os estudos

de gêneros, com os estudos foucaultianos e a Escola de Princesas, as autoras promovem reflexões sobre pelos quais essa normatização e naturalização do feminino persistem ainda nos dias de hoje.

O quinto artigo de nosso dossiê, *“Quem ousa ensinar”*, investiga as estratégias de resistência desenvolvidas por professorxs diante da ascensão transnacional de um conservadorismo social e político na última década. Desta forma, os autores analisam de que forma discursos de combate à “doutrinação nas escolas” e à suposta “ideologia de gênero” vem servindo como ferramentas de criação de pânico morais para iniciativas de censura à abordagem de determinados temas na arena pública brasileira. O texto aborda ainda o papel do Movimento Escola Sem Partido nessas ações de censura e pânico e apresenta análises que envolvem um contexto de intenso confronto de moralidades em relação ao gênero e a sexualidade e as consequentes disputas acerca do lugar desses temas nas escolas. O artigo também propõe uma reflexão acerca da ideia do papel do ativismo de professorxs como uma das esferas do ato de educar.

Prosseguindo com as discussões sobre as temáticas de gênero e sexualidades no contexto educacional contamos com *“Educação e resistência LGBTQIS+ em São Gonçalo: gêneros e sexualidades em disputa”*, que traz um olhar sobre o processo de elaboração e aprovação do Plano Municipal de Educação de São Gonçalo 2015-2024 (PMESG 2015-2024). O texto resgata o contexto de acirrada disputa em torno da tentativa de interdição das temáticas de gêneros e sexualidades nos currículos das escolas do município de São Gonçalo. Com uma investigação que acompanhou desde o processo de elaboração do plano municipal e a proposta produzida pela V Conferência Municipal de Educação de São Gonçalo, audiência pública para aprovação do Plano e estudo do texto final da lei, o artigo lança uma série de questões fundamentais sobre o silenciamento para a laicidade no município e argumenta sobre a importância de se discutir gêneros e sexualidades nas escolas de uma perspectiva que potencialize a garantia de direitos para as mulheres e a população LGBTQIS+.

Em *“A LGBTIFOBIA como agente da exclusão escolar”* os atores expõem sobre a ideia da LGBTIfobia como expressão de diferentes formas de bullying praticados contra lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis e intersexuais no contexto escolar. Nesse sentido, o texto destaca como as opressões contra estes grupos podem ser caracterizadas por atos contínuos de abuso, sejam estes físicos, verbais ou materiais, numa relação desigual entre xs envolvidos. O artigo traz o argumento de que a escola, apesar de não estar isenta de reproduzir fenômenos sociais contra grupos minoritários, é um espaço de educação, de socialização e por isso deve ser também o espaço onde tais fenômenos precisam ser problematizados.

Dando continuidade aos debates envolvendo a população LGBTIA+ e os estudos de gênero, o *“Eu não sou o homem da relação: resignificação BUTCH como operação política, agenciamento pós-humano e transprodução de feminilidade”* propõe uma análise, por meio das estruturas sociais e históricas

de gênero e da heteronormatividade, sobre a transmutação política necessária enquanto uma alternativa para resistência lésbica. Em diálogo com diversxs autorxs o texto aponta para a brutalidade que o sistema sexo-gênero assume em seu papel de regulador, normatizador e redutor dos sujeitos, que transforma corpos múltiplos e orgânicos em máquinas ontológicas (re)produtoras, fragmentadas, e no caso das lésbicas butch, abjetas. O artigo expõe sobre o corpo butch enquanto zona biopolítica, as violências praticadas contra esse corpo, mas sobretudo destaca os processos de enfrentamento dessas violências. Um texto que mostra a subversão inerente à butch no que tange, dentre outros elementos a produção de uma feminilidade alternativa, o desejo de romper com a padronização de uma estrutura heterossocial.

“MULHERES TRANS NO CÁRCERE: a relação entre suas trajetórias” discute a relação que se estabelece entre a trajetória educacional e a tessitura das identidades de gêneros de algumas mulheres trans privadas de liberdade no estado do Rio de Janeiro. Para tal, o artigo apresenta uma investigação sobre trajetórias educacionais deste grupo realizada através de visitas ao presídio e entrevistas semiestruturadas. Através de indícios e sinais observados nas visitas, durante as conversas com as detentas e em seus depoimentos as autoras realizam um debate sobre as experiências educacionais dentro e fora do sistema e a interferência nas tessituras identitárias destas pessoas. O texto contribui com a compreensão sobre como o sofrimento e a exclusão causados pela transfobia no ambiente escolar têm reflexos muitas vezes irreversíveis na vida das pessoas trans.

Pensando sobre as desigualdades de gêneros ainda vigentes na contemporaneidade e como estas se manifestam em múltiplas áreas da vida, o texto “O design como ferramenta de combate à desigualdade de gênero” aborda a partir de uma visão do design de comunicação, a responsabilidade social do designer perante a temática de gênero. Nesse sentido, o artigo busca identificar de que forma o design e suas peças, que procuram de forma estética encontrar soluções para questões da vida diária e social, podem auxiliar e contribuir nas questões de gênero e, com isso, questionar e lutar contra a estrutura patriarcal da sociedade. Desta forma, as autoras destacam a relevância do uso dos avanços tecnológicos e a estética como ferramentas de conscientização social e de luta.

Fechamos nosso dossiê com duas contribuições que sob diferentes perspectivas analisam episódios recentes envolvendo questões de gênero e sexualidades em nossa vizinha Argentina. Em “*Cidadania Incoerente de Gênero: As leis de Saúde Reprodutiva/Sexual e a Violência de Gênero na Argentina*” a autora apresenta um quadro analítico sobre as questões de violência de gênero e da saúde sexual e reprodutiva no país. Para tal, ela analisa qualitativamente a legislação nacional e provincial da Argentina, e aponta a existência de incoerências significantes e conceituais da violência relacionada ao gênero, e à saúde sexual e reprodutiva. O texto ainda destaca como tais incoerências se desdobram na política e nos diferentes níveis de governo. O artigo também é um convite a futuras

pesquisas sobre como estas incoerências trazem implicações para a mobilização feminista e à resistência conservadora às políticas públicas orientadas para a igualdade de gênero.

Em “*Disputas discursivas en torno a la implementación de la educación sexual integral: un recorrido reciente en Argentina*”, nosso último texto, a autora nos apresenta o processo de implementação da educação sexual na Argentina, enfocando em uma série de disputas discursivas ocorridas entre 2015 e 2019. O artigo descreve setores e atores envolvidos nestas disputas, especialmente referente a Lei nº 26150 que estabelece a obrigatoriedade da Educação Sexual Integral no sistema educacional de todo o país. Para isso, o texto conta com análises sobre o movimento *ni una menos*, debates parlamentares em torno da legalização do aborto e movimentos feministas e populares. Um convite a reflexões sobre avanços e resistências em torno da consolidação de uma perspectiva de justiça de gênero no campo da política educacional.

Por fim, não poderíamos encerrar esta edição sem mencionarmos a grande crise de saúde pública do século XXI que assola todo o mundo desde 2020, a pandemia do Coronavírus. Um momento terrível para a história da humanidade, com milhares de mortos e com impactos e transformações inimagináveis para a vida de todos. Momento esse em que as desigualdades já existem em nossa sociedade sobressaltaram ainda mais aos olhos. Assistimos uma maior sobrecarga do trabalho das mulheres e no cuidado com as crianças, assim como vimos o recorte racial e de classe serem determinantes para as chances de sobrevivência da população. Os números de feminicídio, de violência sexual e de gênero dispararam durante a pandemia. No Brasil, em especial, esses números são assustadores e descortinam a gravidade e a profundidade da misoginia, do racismo e da LGBTfobia que ainda estrutura essa país.

Esse dossiê é, dentre outras coisas, uma forma de buscarmos caminhos e respostas a esse cenário. Acreditamos que este conjunto de artigos, repletos de reflexões teóricas e diálogos com múltiplos campo de conhecimento, mas também permeados pelo compromisso com a luta pela transformação e pela igualdade, representam uma importante contribuição para os estudos de gêneros e sexualidades. Além disso, são instrumentos de resistência tanto aos ataques e perseguições à população LGBTQI+ e as mulheres, mas também ao fazer pesquisa no Brasil. Os textos e as ideias que divulgamos com este dossiê são ainda um convite a todos para somarmos esforços nesta resistência.